

CULTURA JURÍDICA E EXPERIÊNCIA DOCENTE EM AGNELO AMORIM FILHO

*José Octávio de Arruda Mello**

Resumo: Com base na evolução sócio-cultural da Paraíba, entre as décadas de vinte e setenta do século passado, o artigo ocupa-se do jurista paraibano Agnelo Amorim Filho cujas concepções jurídicas perfilha. Nesse sentido, focaliza-se sua trajetória, desde as origens na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, até a condição de catedrático da UFPB, passando por advocacia em Campina Grande e Procuradoria do Estado, Ordem dos Advogados e Secretaria do TRE, em João Pessoa.

Palavras-chave: Formação econômica de Campina Grande. Bacharelismo. Professorado da FD da UFPB.

LEGAL CULTURE AND TEACHING EXPERIENCE IN AGNELO AMORIM FILHO

Abstract: Based upon Paraíba's social and cultural evolution between last century's 20s and 70s, this article dwells on the Paraíba born lawyer Agnelo Amorim Filho, whose conceptions it exposes. In this sense, it focuses his path, since the origins of the National Law Faculty, in Rio de Janeiro, until his place as professor of the Federal University of Paraíba, passing by his lawyer days in Campina Grande, his state attorney period, the Lawyers Order and the administrative office of the Regional Electoral Tribunal in Joao Pessoa.

Keywords: Campina Grande's economic formation. Baccalaureate. Professorate of the Federal University of Paraíba Law Faculty.

* Historiador de ofício, professor aposentado da UFPB e concursado da UEPB. Integrante dos IHGB, IHGP e APL. Editor da **Revista do UNIPÊ** e autor de **História da Paraíba: Lutas e Resistência** (11ª ed., 2008) e **História do Direito e da Política** (2008).

1 Introdução

Na década de vinte do século passado, no rescaldo do transporte ferroviário que a alcançara, em 1907, para vitalizar-lhe a feira, a cidade de Campina Grande despertava novo tempo. Era a época de iniciativas e serviços, como barragem do açude de Bodocongó, em 1919; luz elétrica, um ano depois; agência do Banco do Brasil, em 1923; Mercado Público, em 1925, e início do tráfego de bondes de gasolina, em 1926. Por volta de 1928, já existiam duas fábricas de fiação e estopa – a Bodocongó e a Marques de Almeida¹.

O motor dessas transformações residia nos comércio e beneficiamento do algodão, embarcado por Campina até praças internacionais. Epaminondas Câmara, dedicado historiador das primeiras etapas da urbanização campinense, evocou, como marco desse processo, a primeira prensa hidráulica, instalada no Açude Velho, em 1919, e posteriormente vendida a Anderson Clayton & Cia.²

Outra prensa não tardaria a instalar-se, na rua Ireneo Joffily, em 1923, de modo que, por essa época, segundo Câmara:

[...] surgem na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma; carroças de bois para o transporte urbano de mercadorias, etc. A municipalidade arranjou uns postes de iluminação elétrica nas principais ruas e o professor Clementino Procópio instalou diversos telefones de veio³.

¹ MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**, 9. ed., 2002, p. 162, e LIMA, Rômulo de Araújo, **Além de Bodopitá**. J. Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 1992, passim. Dotado de penetrante prefácio de Stênio Lopes, esse último livro ressalta o papel das primitivas estradas na formação campinense.

² CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947, p. 124.

³ Idem, p. 115.

2 Escritórios algodoeiros de Fortaleza ao Rio de Janeiro

A dinâmica campinense explica como, pela década de vinte, o casal Agnelo Werneck de Amorim e Ecília Coutinho Amorim se deslocasse para Campina Grande, em busca de melhores dias e aprendizado para os filhos.

Eles provinham de Cabaceiras, a setenta quilômetros, porém acrescidos das sofríveis estradas carroçáveis da época. Residindo à rua Ireneo Joffily cuja denominação, homenageando historiador e patriarca do crescimento da cidade fora da iniciativa do cabeça do casal⁴ –, o antigo comerciante de tecidos cabaceirense não tardou a empatar seus capitais em empresas algodoeiras. Uma delas, a firma Agnelo Amorim & Cia., de que foram sócios os irmãos Octávio Amorim e Joaquim Amorim Jr., sendo este pai do futuro escritor e Procurador de Justiça Agnelo José de Amorim.

Que o algodão direcionasse a vida do genitor do futuro advogado, professor e juiz federal Agnelo Amorim Filho – sobre quem versam estas notas – não resta qualquer dúvida. Além de titular da empresa acima citada, Agnelo participou da firma H. Barbosa & Cia., referida por Epaminondas Câmara como uma das mais importantes da cidade⁵.

À época – de comunicações ainda precárias –, as empresas algodoeiras campinenses valiam-se de escritórios de representação localizados em praças como Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro.

Tal explica o percurso de Agnelo Werneck de Amorim que, deslocando-se para Fortaleza, em 1932, já se fixava no Rio de Janeiro, no ano seguinte, juntamente com o irmão José de Amorim, singularizado

⁴ De acordo com as informações do publicista Agnelo José de Amorim, em entrevista de 16 de maio de 2008, ratificada a 9 de julho, o pai de Agnelo A. Filho, a certa altura secretário do líder oposicionista Afonso Campos, tomou a iniciativa do batismo da rua Ireneo Joffily, que homenageia o historiador e não o filho deste, do mesmo nome. Agnelo Werneck de Amorim é autor de livro não editado, **Terra de Bárbaros**.

⁵ CÂMARA, Epaminondas, op. cit., p. 130.

pela condição de comunista histórico⁶. Por essa época, o casal já possuía todos os seis filhos – Maria de Jesus, Agnelo Amorim Filho, Maria de Lourdes, posteriormente casada com o engenheiro e Secretário Estadual José Marques de Almeida, Maria Rosa e Maria da Glória, presentemente a única remanescente do clã, como viúva de oficial da Aeronáutica.

3 Nos primeiros tempos de um futuro jurista

Nascido a 12 de agosto de 1921, em Cabaceiras, a trajetória do segundo filho, futuro jurista e professor Agnelo Amorim Filho, refletiu a evolução sócio-cultural dos pais.

De 1926 a 31, coube-lhe estudar as primeiras letras em escolas particulares de Campina Grande, onde curtiu a infância. Em 1933, já no Rio de Janeiro, onde os pais residiriam, inicialmente, no Catete, Agnelo frequentou escola pública do Flamengo, juntamente com as duas irmãs mais próximas. Enquanto, porém, a mais velha, Maria de Jesus, teve de esperar pela mais nova, em expediente comum à época, Agnelo Amorim Filho seguiu em frente, sem qualquer embaraço nos estudos.

Apenas uma vez amargou segunda época, o que não chegou a preocupar os pais que nele reconheciam aplicado estudante. Em 1938, os Agnelos mudaram-se para a praia de Copacabana, onde o filho completou o ginásio de cinco anos e os dois complementares do chamado pré-jurídico – uma das novidades da reforma educacional Francisco de Campos, introduzida pela Revolução de 30.

O caminho estava, então, aberto para a Universidade, no fundo a meta do pai, cidadão bastante rígido e que não acompanhava diretamente os estudos do filho – seu interesse imediato consistia em saber se este passava de ano. Asmático, devido ao constante manuseio do algodão estopa – uma das especialidades do escritório, localizado à rua do Rosário – o velho Agnelo, tanto quanto a esposa, “do lar”,

⁶ Informação telefônica do ex-vereador Mário Araújo, junho de 2008, com reiteração de Agnelo José de Amorim, entrevista citada. Em 1935, José Amorim já estava de volta à Paraíba onde foi preso.

isto é, dedicada a prendas domésticas, gostava de passear com os filhos, em Cidade Maravilhosa, ainda “rurbana”, isto é, assinalada por passeios de bonde e visita às praias, parques e jardins⁷.

Residente na rua Raimundo Corrêa, do posto quatro, da então incipiente Copacabana, de onde se transferiu para a Barão de Jaguaripe, 280, em Ipanema, endereço do falecimento, Agnelo sênior era muito econômico, em razão do que a família, flutuando entre as classes média-média e média alta, nunca experimentou privações.

Agnelo Amorim Filho contou então com uma vantagem: exclusiva dedicação aos estudos, uma vez constituir desejo do pai que somente trabalhasse depois de formado.

4 A Faculdade Nacional de Direito

Foi nessa famosa escola de ensino superior que Agnelo cumpriu os cinco anos do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, de 1941 a 45. Tendo anteriormente abrigado o Senado, no Império e Primeira República, a sede da FND localizava-se, como ainda hoje, à rua Moncorvo Filho, na esquina do antigo campo de Santana, convertido em Praça da República.

Foi aí que, entre 1941 e 45, AAF cumpriu seu curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, no sistema seriado da época. Calmo e sem namorada, o cabaceirense tinha como apelido a Agnaldo, não sabemos se em alusão ao chefe guerrilheiro filipino que, por essa época, organizava sortidas contra os invasores japoneses.

Participante das festas da Faculdade onde costumava dançar, sem, contudo, contrair compromisso, estudava com afinco, a fim de aproveitar os excelentes professores de que dispunha. Um deles, o então jovem San Thiago Dantas, ícone do Direito brasileiro e situado, pelo Grupo José Honório Rodrigues, no nível de brasileiros como o padre Antônio Vieira (de nacionalidade portuguesa) e José Bonifácio de Andrada e Silva⁸.

⁷ Entrevista com a Sra. Maria da Glória Amorim Vieira de Sousa (Glorinha Amorim), no Rio de Janeiro, a primeiro de junho de 2008.

⁸ MELLO, José Octávio de Arruda. **História do Direito e da Política**. João Pessoa: Edições Linha D'Água, 2008, p. 89.

Senhor de obra relativamente escassa, o futuro chanceler e conselheiro do populismo, teve as preleções compiladas por dois alunos da turma de 1945 da FND – um deles de nome Bezerra Câmara – que, com isso, asseguraram magnífico tratado de Direito Civil. Tanto quanto o alcançamos, a convivência escolar com o autor de **Palavras de um Professor** (1975) influenciou o futuro civilismo de Agnelo Amorim Filho⁹.

Da turma deste também fizeram parte Ebbert Chamoun, que se distinguiria como tratadista de Direito Romano, o desembargador Basileu Ribeiro, como um dos sete magistrados da turma que variou entre quarenta e cinquenta alunos, e o Procurador de Justiça Rafael Cirigliani Filho, responsável pelos estudos da fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, durante o governo Faria Lima.

Cirigliani, por nós telefonicamente contactado no Rio de Janeiro, recordou Agnelo como colega estudioso e integralmente dedicado aos misteres do curso.

5 Entre a guerra e a redemocratização

Com paranínia registrada em placa existente no saguão da Faculdade Nacional de Direito – “Homenagem da turma de 1945 ao Paraninfo San Thiago Dantas, por ocasião da passagem do quinquagésimo ano de formatura - 11/12/1945 - 11/12/1995” – a turma de 1945 registrou fases das mais controversas da Nacional. Vigorava a Segunda Guerra Mundial (1939/45), a que se seguiria queda do Estado Novo, a 29 de outubro de 45, e a subsequente redemocratização do país.

Tanto quanto os círculos universitários e estrutura social do período, a FND exaltava-se com os debates que envolviam partidários do Eixo e dos aliados, inicialmente, e getulistas do quererismo contra udenistas da redemocratização, entre 1944 e 46, a seguir.

⁹ Entrevista telefônica com o Dr. Rafael Cirigliani Filho, intermediada pelo promotor Wilson Farias, Rio de Janeiro, 01 de junho de 2008.

Polo nevrálgico dessas discussões, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, fundado em 1946, experimentou período verdadeiramente trepidante. De acordo com o livro **CACO – 90 anos de História** (2007), elaborado pelos dirigentes, desse ano:

Na Faculdade Nacional de Direito (FND), os anos também são agitados. Em 1937, o diretório acadêmico é signatário da fundação da UNE e, em 1943, é reincorporado ao CACO. As principais manifestações do CACO, ao lado da UNE, são em oposição ao Estado Novo, contra as potências do Eixo e pró Força Expedicionária Brasileira (FEB), na II Guerra. Por outro lado, a repressão e perseguição à comunidade acadêmica perduram até o final da ditadura Vargas¹⁰.

De acordo com a mesma publicação, as gestões, à frente do CACO, de Carlos Ivan da Silva Leal, em 1944, e Villas Boas Corrêa, em 1945, com o udenista Celmar Padilha fazendo parte da primeira, foram as que mais expressaram essas peculiaridades¹¹.

A nível da Faculdade Nacional de Direito, tais pendências também se refletiram em acontecimentos internos, sinalizados por placas ainda hoje existentes.

Nesses tempos, os professores afastados das cátedras como vinculados à Aliança Nacional Libertadora, em 1935 – Castro Rebelo, Leônidas de Resende e Hermes Lima – foram reintegrados, em 1945. Castro viu-se imediatamente homenageado pelos estudantes que, mais à frente, celebraram Hermes, em seu jubileu.

Por essa época, entidade paralela ao CACO – a Associação Libertadora Acadêmica – festejou Leônidas de Resende, e possível vítima da repressão do AI/5, em 1969 – o professor Lineu Albuquerque e Melo.

¹⁰ **CACO, 90 anos de História**. Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 42.

¹¹ Idem, p. 45/69.

No que aqui interessa, essa fermentação sócio-política e ideológica em nada afetou a trajetória de Agnelo Amorim Filho. Rigorosamente apolítico, o paraibano era dos que não se envolviam em questões alheias ao curso propriamente dito. Sua disposição de apenas estudar para, uma vez formado, engajar-se na profissão, firmaria as marcas comportamentais do futuro advogado e jurista, como se verá. Infenso à política, Agnelo nunca se deixaria envolver por esta.

A exceção teria sobrevivendo a 14 de março de 1950, em Campina Grande, onde, juntamente com os advogados Otávio Amorim e Ulisses Coelho, e acadêmico Octávio Augusto de Amorim, assinou boletim da Coligação Democrática Paraibana (CDP) que o credenciava a prestar assistência às vítimas da repressão governamental. Observe-se, porém, que se tratava de serviços profissionais, agenciados pelo chefe do escritório, o tio Octávio Amorim¹².

6 Advocacia de volta a Campina e Procuradoria do Estado

Centrado nesses postulados, Agnelo Amorim Filho dedicou-se à advocacia, assim que concluiu o bacharelato, em 1946.

Seu centro de atividades, ainda no Rio de Janeiro, tornou-se o escritório do colega de turma João Donato. Como ganhasse pouco e se considerasse explorado pelo chefe do escritório que lhe reservava os encargos mais pesados sem remuneração adequada, o tio Octávio providenciou-lhe retorno a Campina Grande. Segundo a irmã Glorinha, esse regresso entristeceu o pai que desejava o filho atuante nos auditórios do Rio de Janeiro¹³.

Deputado constituinte estadual de 1935 e expressão da vida social campinense, o Dr. Octávio Amorim fazia-se renomado causídico da comunidade com banca que rivalizava com as de Argemiro de

¹² O boletim intitulado **Ao Povo** e alusivo a esse episódio foi integralmente reproduzido por SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte: Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982, p. 183.

¹³ Entrevista com a Sra. Glorinha Amorim, citada.

Figueiredo, Álvaro Gaudêncio (o velho), Ascendino Moura e Aluísio Afonso Campos. Entre seus clientes figuravam empresários de curtume, representação de automóveis e potentados algodoeiros, como Luiz Mota, Noujaim Habib e Arthur Freire. Conforme as biógrafas Irene Rodrigues Fernandes e Laura Helena Baracuhy, tratava-se de típico bacharel, identificado com o liberalismo autoritário da categoria¹⁴.

As tarefas do escritório eram divididas entre Octávio, Agnelo e um terceiro causídico que, posteriormente, ficaria sozinho à frente do escritório, o Dr. Fernando Arruda. Com funções nas áreas cível e de processo civil, Agnelo deveria muito da formação à prática adquirida com o tio Octávio.

Este, rompido com o ex-governador e interventor Argemiro de Figueiredo desde 1936, encarnava o antiargemirismo udenista de Campina Grande, razão por que, em 1945, filiou-se ao PSD pelo qual se elegeu novamente constituinte estadual, em janeiro de 1947. O convite ao sobrinho para se incorporar ao escritório datou daí. Absorvido pela Assembleia, onde migrou do PSD para o PL americista, Octávio Amorim foi transferindo a maior parte das causas para Agnelo, que, em pouco, se convertia em um dos mais conceituados causídicos do foro campinense.

Dir-se-ia que os dois se completavam na diversidade de temperamentos. Octávio, explosivo, arrebatado e temperamental, com tendência para as discussões formais. Agnelo, embora sanguíneo, discreto, sereno, meditativo, com propensão à reflexão. Ao contrário de Octávio, que costumava redigir no escritório, gostava de levar processos para casa¹⁵.

Foi com esse cacife que Agnelo Amorim Filho se viu nomeado para a Procuradoria Geral do Estado que, à época, também absorvia as atuais funções da Procuradoria de Justiça. Nas eleições gerais de

¹⁴ FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva, e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. O Direito e a Política em Octávio Amorim, in NÓBREGA, Evandro e MELLO, José Octávio de Arruda (Orgs.). **História e debate na Assembléia da Paraíba**, vol. II, João Pessoa: Superintendência de Imprensa e Editora, 2002, p. 396/403.

¹⁵ Entrevista com o economista e acadêmico Juarez Farias. J. Pessoa: 16 de junho de 2008.

outubro de 1950, José Américo de Almeida, da Coligação Democrática Paraibana PSD/PL, derrotou o udenista Argemiro de Figueiredo, razão por que a influência de Octávio Amorim terá pesado na indicação. No essencial, todavia, esta derivava da competência da Agnelo, então louvada pela Imprensa pessoense:

[...] Advogado de nota nos auditórios desta capital e Campina Grande, e elemento de realce nos círculos intelectuais da Paraíba, vem o dr. Agnelo Amorim Filho mantendo destacada atuação nos meios forenses do Estado, desde 1946, quando patrocinava perante o Supremo Tribunal Federal momentosa demanda da época¹⁶.

Com José Américo no governo, a Paraíba passava por profunda afirmação cultural. Poucos dias antes da designação de Agnelo, o Tribunal de Justiça empossara o desembargador Mário Moacyr Porto. Quem visitava o Estado era ninguém menos que o maestro Heitor Villalobos, recepcionado pelo Secretário de Educação e Cultura, José Medeiros Vieira, e pelo Diretor do Departamento de Educação, Durmeval Trigueiro Mendes.

Já casado com a Sra. Cecy Fonseca, do município de Santa Luzia, com quem contraíra núpcias a 18 de dezembro de 1950, AAF tinha pouco mais de trinta anos, em razão do que sua investidura na Procuradoria Geral chegou a ser questionada pela oposição, atenta à idade para o cargo. APGE representava um dos mais altos postos da burocracia governamental.

É fora de dúvidas que Agnelo a ela chegava por méritos próprios mais do que por qualquer outra circunstância. Sua atuação, durante mais de seis anos, de 15 de outubro de 1952 a 28 de dezembro de 1958, e compreendendo três administrações estaduais – as de José Américo e Flávio Ribeiro, integralmente, e o início da primeira gestão

¹⁶ Cf. **A União** de 10 de outubro de 1952, p. 3.

Pedro Gondim – bem o comprova. Durante esse período, firmou nada menos de 1.810 pareceres¹⁷.

Sem permitir atraso nos processos, aproveitava o restante do tempo para os primeiros estudos mais profundos, publicados em **A União** e revistas especializadas¹⁸. Além disso, dispôs-se a enfrentar intrincadas questões como o oferecimento de denúncia contra o delegado de polícia Ascendino Feitosa e o aparato policial responsável pela chamada chacina da Praça da Bandeira, em 09 de julho de 1950, em Campina Grande, durante a campanha governamental¹⁹.

7 De desembargadoria frustrada à Ordem dos Advogados e TRE

O êxito da atuação agneliana na Procuradoria credenciou-o a uma das vagas do Tribunal de Justiça, para a qual foi cogitado como representante dos advogados.

Ocorre que esta se trata de decisão política e, assim, sujeita a imprevistos. Estes sobrevieram quando, apercebendo-se da cogitação, um dos principais integrantes do colegiado do TJ, desembargador Nelson Deodato Fernandes Negreiros, recorreu à influência pessoal para inviabilizá-la. Foi assim que, por um voto, Agnelo deixou de ascender a mais alta corte de justiça da Paraíba.

Embora apartidário, fazia-se ligado ao escritório de advocacia dos irmãos José Mário e Giacomo Porto, que, localizado na Cardoso Vieira, servia de sede para a secretaria geral da UDN. Esta, bastante influente na magistratura, entendeu de compensar o insucesso do TJ, atribuindo ao antigo Procurador Geral a presidência da seccional paraibana da OAB para o biênio 1967/69²⁰.

¹⁷ **OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba**: Presidente, Diretorias e Conselhos (1982/1997), com pesquisa de Regina Von Shösten. J. Pessoa, 1999, p. 43.

¹⁸ Um deles, “Efeitos suspensivos do recurso voluntário em mandado de segurança”, foi publicado em **A União** de J. Pessoa, 04 de junho de 1955.

¹⁹ Informação dos Srs. Mário Araújo e Agnelo José de Amorim, in entrevistas citadas.

²⁰ Entrevista com o advogado Paulo Américo Maia, a quem este estudo muito deve, João Pessoa: 26 de junho de 2008.

A indicação processou-se sem dificuldades, visto que, no biênio anterior, 1965/67, Agnelo já figurava como vice-presidente da Ordem/PB e integrante do Conselho Diretor desde 1961. Tal se verificava com, principalmente, os sufrágios da urna da OAB de Campina Grande, também responsável pela votação de conselheiros como Cláudio Porto, Odimar Agra e Luiz Pereira Diniz.

Foi assim que Agnelo Amorim Filho chegou à presidência da seccional dos advogados em chapa completada com Joacil de Brito Pereira (vice-presidente); Hermano Sá (1º secretário); José Gaudêncio de Brito (2º secretário) e Basílio Pordeus (tesoureiro). Os integrantes do Conselho eram então Afrânio Aragão, Agenor Lacet, Agnelo Amorim Filho, Antônio Lucena, Waldir Bezerra, Basílio Pordeus, Cláudio Santa Cruz, Francisco Maria Filho, Geraldo Freire, Hermano Sá, Yanko Cirillo, Joacil Pereira, Joás de Brito Pereira, João Pereira Gomes, José Gaudêncio, José Porto Paiva, Luiz Bandeira Lins, Luiz Pereira Diniz, Mário da Gama e Melo, Orlando Jansen e Paulo Américo Maia.

À frente da OAB, Agnelo reiterou concepção datada dos tempos de estudante. Sua gestão, infensa à política partidária ou ideológica, teve feição corporativa, voltada para regulamentação da profissão de advogado. Essa postura era facilitada pela circunstância de que, tendo apoiado o movimento de 1964, a nível nacional com Povina Cavalcanti e, na Paraíba e Pernambuco, sob as presidências regionais de Normando Guedes Pereira, que, como vice-presidente, substituíra o presidente Vamberto Costa e José Neves, a Ordem dos Advogados do Brasil ainda não se alinhara como representante da sociedade civil contrária ao regime militar²¹.

Esse último comportamento só seria adotado nos anos setenta, com Samuel Duarte, Miguel Seabra Fagundes e, principalmente,

²¹ COELHO, Fernando. **A OAB e o Regime Militar**, 2. ed. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1999, e SALDANHA, Nelson. **A OAB-PE e sua trajetória**. Recife: 1982. Em reuniões do Grupo José Honório Rodrigues, Fernando Coelho acentuou a sintonia das presidências Povina Cavalcanti e José Neves, com o movimento militar de 64, a que apoiaram.

Raymundo Faoro, no plano nacional, e Paulo Américo Maia, na Paraíba. Este, de extração udenista e orientação inicialmente liberal-conservadora, passou cerca de dezoito anos, à frente da seção paraibana da OAB, de 1967 a 85. Tempo suficiente para transformar-se em sintonia com a dinâmica sócio-política do país, que, a partir de 1974, apontou para erosão do sistema castrense. Maia então avançou para a contestação, em articulação com seu amigo Faoro, na área federal.

Até então, a OAB primava pela cautela e conservadorismo. Tanto assim que, em 1964, quando a Sra. Liana Rosas bateu-lhe às portas pleiteando apoio ao marido Guilherme Rabay, perseguido pelas autoridades militares, não obteve qualquer resposta²².

No comando da seção estadual da OAB, Agnelo Amorim Filho não completou o biênio para o qual foi eleito. Isso porque, nomeado Juiz Federal, como se verá, abriu caminho para nova eleição, em abril de 1967. Começava então a quase interminável presidência Paulo Maia.

Temos assim que o comando da OAB representou rápida passagem na vida de Agnelo Amorim. Quando este, em 1958, deixou a Procuradoria Geral do Estado, onde foi substituído pelo promotor Tiburtino Rabelo de Sá, no esquema de pessedistização do primeiro mandato do governador Pedro Gondim, o destino de Agnelo foi a diretoria geral do Tribunal Regional Eleitoral.

Este era um cargo de relativa importância. Um de seus ocupantes, o categorizado desembargador Hermes Pessoa, nele se responsabilizou pela conclusão de ala do edifício do TRE, no Tribunal de Justiça, fronteira à av. Rodrigues de Aquino.

²² Entrevista telefônica com o casal Guilherme-Liana (Rosas) Rabay, em J. Pessoa, 07 de julho de 2008. Quando Liana se dirigiu à seccional da OAB da Paraíba, em maio de 1964, o presidente Normando Guedes Pereira silenciou. Em outubro do mesmo ano, acossado pelo truculento Delegado de Ordem Política e Social, Sílvio Neves, que o considerava comunista, e lhe embaraçava a concessão de passaporte para viagem ao exterior, Rabay, já solto, dirigiu-se à OAB, sem dela obter qualquer manifestação. Em razão disso, não pôde viajar à Europa, como delegado de companhia aérea a que representava.

Aí, Agnelo reiterou a proverbial eficiência e dedicação ao serviço público. O então jovem bacharel Wilson Farias – que se encontrava como diretor da Secretaria do Conselho do Ministério Público e da Seccional da OAB – flagrou-o nessas atividades e não o esqueceu:

– Embora reservado - revelou-nos Wilson, em entrevista no Rio de Janeiro - primava pela condição de escravo do dever, como senhor de honestidade e segurança a toda prova. Era uma espécie de Dalai Lama, a quem recorriamos em nossas dúvidas. Vinha da Procuradoria Geral do Estado, onde elaborara mapa com os critérios de antiguidade dos promotores, que chefiava, e não desmereceu o conceito. Distinguia-se pela capacidade de organização²³.

Na trajetória funcional de Agnelo Amorim, a diretoria geral do TRE representou o *intermezzo* de quem se preparava para voos mais altos.

8 Um professor na FD – do Direito Internacional Público ao Civil

Passando a residir na capital paraibana, em 1951, seria natural que Agnelo Amorim Filho se convertesse em professor da Faculdade de Direito, criada por José Américo de Almeida, no mesmo ano, com diplomação da primeira turma, em 1955.

Não sendo professor fundador, coube-lhe nela ingressar no ensino superior, na segunda metade dos anos cinquenta, em 1957. Como prevalecia a sistemática de o titular de Direito Civil acompanhar a turma do segundo ao quinto ano, sendo eles os desembargadores Mário Moacyr Porto, Paulo Bezerril, Flodoardo da Silveira e Osias Gomes, Agnelo foi aproveitado como regente de Direito Internacional Público cujo titular, o então deputado federal Ivan Bichara Sobreira, se encontrava no Rio de Janeiro.

²³ Entrevista com o promotor Wilson Farias, Rio de Janeiro, 01 de junho de 2008.

Nessa cadeira, o Procurador Geral do Estado e, a seguir, diretor da secretaria do TRE, distinguia-se pela segurança. Sem arroubos doutrinários, caracterizava-se pelo cumprimento integral do programa, recrutado a compêndio do internacionalista Hildebrando Accioly. Neste, assumiam relevo os “Fundamento e Desenvolvimento do DIP - As Pessoas Internacionais”, “Organizações de Direito Internacional Público”, “Soluções Pacíficas de Litígios Internacionais” e “A Guerra perante o DIP”. Pelo menos metade do ano dedicava-se à formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus mecanismos de atuação, no campo do Direito.

Enfatizando as relações entre os Estados Nacionais, o que excluía os Direitos Humanos, da predileção do substituto Tarcísio Burity, titular da cadeira, a partir de 1971, Agnelo conferia destaque ao Tratado de Westfália e ao Congresso de Viena, com o que recaía no campo das Relações Internacionais.

A época em que se ministravam essas aulas era de Guerra Fria, o que infundia certa delicadeza à disciplina, mas AAF equilibrava-se, recorrendo ao habitual apoliticismo. Em compensação, aceitava inovações como a do aluno que, recorrendo ao sociólogo neomarxista C. Wright Mills, enfatizou a crescente influência da opinião pública sobre o Direito Internacional. O terceiranista de 1961, sensível a essa novidade, foi premiado com nota máxima e manifesto louvor, ao final do ano²⁴.

A predileção do Dr. Agnelo recaía, porém, no Direito Civil, a cuja cátedra foi conduzido no início dos anos sessenta, em face da nomeação de Mário Moacyr para a Reitoria da UFPB e aposentadoria dos colegas Flodoardo da Silveira e Osias Gomes. Um dos discípulos traçou-lhe o seguinte perfil para livro da pesquisadora Maria José Teixeira Lopes Gomes:

²⁴ O episódio verificou-se com o autor dessas linhas aprovado com distinção em Direito Internacional Público, em 1961. Ao final do ano, presenteei Agnelo com o livro **As causas da Terceira Guerra Mundial**, da Editora Zahar, e autoria de Wright Mills.

[...] Ivan Bichara Sobreira & Agnelo Amorim Filho – Ex-integralista, Bichara representava a direita orgânica, mas, como profissional decente e comedido. Como vivesse em permanente licença, no Rio de Janeiro, não me lecionou Direito Internacional Público, sendo substituído por Agnelo Amorim Filho, então muito moço e o coringa da Faculdade de Direito, tal a versatilidade. Como racionalista, Agnelo propendia para a centro-direita, sem ocultar a condição de verdadeiro schollar, tanto em Direito Internacional Público quanto em Direito Civil e Processual. Rigorosíssimo, não nos deixava usar o código, em Direito Civil. Nossa última prova do curso foi com ele e, começando às 19h, terminou às 23h. Ninguém se levantou antes da conclusão do prazo²⁵.

Civilista consumado, com predileção por temas como atos jurídicos e prescrição/decadência do Direito, no que transparecia a influência do brasileiro Vicente Rao e do italiano Chiovenda, desenvolvia, em Direito Civil, programa convencional. Este se arrimava na sequência Teoria do Direito, com a parte geral do Direito das Pessoas, e, a seguir, as Obrigações, com destaque para os Contratos, e os Direitos Reais, de Família e Sucessões.

A maneira de apresentá-la era, porém, diferenciada. Tanto Agnelo se valia de trabalhos verdadeiramente clássicos que elaborava, como o festejado “Critério científico para distinção entre a prescrição e a decadência e a identificação das ações imprescritíveis”, publicado nas revistas da Faculdade de Direito da USP e de Portugal, fundado na teoria potestativa do Direito, quanto da dedicação com que se havia.

Uma das iniciativas consistiu em, no ano de 1963, criar o escritório Modelo de Advocacia, destinado a fundir a parte prática, de

²⁵ MELLO, José Octávio de Arruda, in depoimento para GOMES, Maria José Teixeira Lopes, **Meandros de Memória**: da Faculdade de Direito ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB – 1949 a 2006. João Pessoa: Idéia, 2007, p. 164/5.

aplicação do Direito, com a Teoria Jurídica. As sessões do escritório eram noturnas e colidiram com o ramerrão do curso, restrito às preleções teóricas da manhã. Agnelo então se chocou com o colega para quem “só com segundas intenções se pode explicar esse comportamento, de sair de casa à noite”²⁶.

O êxito de Agnelo Amorim, como professor, refletiu-se nas homenagens prestadas por praticamente todas as turmas em que lecionou. Quando ainda ensinava Direito Internacional, os concluintes dos terceiros anos de 1959, 60, 61 e 62 incluíram seu nome na placa de formatura. Os de 1963 – última turma do regime democrático – converteram-no em homenageado especial e os de 1964, que elegeram como patronos ao Governador Pedro Gondim e processualista Oliveira Lima, tomaram-no paraninfo. Foi ainda homenageado especial em 1967 e 69, e, ante seu falecimento a 12 de setembro de 1968, converteu-se em homenageado póstumo das turmas de 1970, 71 e 72.

Mesmo esse invejável reconhecimento não o livrou de problemas com o corpo discente, à época bastante excitado pelas diferenças ideológicas exacerbadas pelo movimento de 1964.

Esses conflitos também se verificaram em razão do rigorismo do titular dos Direitos Internacional Público e Civil. Obcecado pelo cumprimento do programa, não gostava que o interrompessem. E muito menos para avisos extraclasse que se transformavam em verdadeiro abuso.

As discussões com os futuros deputados Francisco Evangelista e Marcos Odilon não tiveram maiores consequências e encerraram-se, rapidamente. Foi, porém, diferente o que se verificou com o presidente do Diretório Acadêmico, Emilton Amaral.

Este não apreciou a limitação de tempo atribuído a aviso diretório no interior de aula de Agnelo, em maio de 1967, e continuou perorando. Ato contínuo, o professor cassou-lhe a palavra. Emilton insistiu e o universitário Miguel Targino interveio a favor de Agnelo,

²⁶ Entrevista com a Sra. Maria Otília Amorim Arcoverde: Campina Grande, 16 de maio de 2008. Abdicando da habitual sobriedade, Agnelo, ante a provocação, quase partiu para desforço com o autor da maledicência.

quase chegando às vias de fato com Amaral. A *bagarre* implicou na suspensão da aula e verdadeiro tumulto que dividiu as opiniões.

Na sequência dos acontecimentos, o Diretório Acadêmico solidarizou-se com Emilton, enquanto a direção da escola omitia-se, o que isolou o professor. Enquanto o aluno desfechava campanha contra Agnelo, o Diretório Acadêmico considerou-o *persona non grata*. Consoante o professor Paulo Maia, à época assistente de Agnelo, este sofreu muito com o *affaire*. Quanto a Emilton, formado em 1968, foi proibido de estudar definitivamente, na UFPB a partir de março de 1969, não sabemos se também em razão do atrito²⁷.

9 Do cotidiano à Justiça Federal em um *schollar*

Quando da transferência para João Pessoa, em 1951, a fim de iniciar escalada que o conduziria, sucessivamente, à Procuradoria Geral do Estado, Conselho e Presidência da OAB e secretaria do Tribunal de Justiça e Faculdade de Direito, Agnelo Amorim Filho, já casado, passou a residir em espaçosa casa da rua Matteo Zaccara, 102, no bairro das Trincheiras.

Tendo cortado os vínculos com Campina Grande cujos colegas, todavia, nele sempre votaram para o Conselho da OAB, compunha identidade pessoal de *schollar* inteiramente voltado para o estudo e a família. Esta se compunha da esposa Cecy e única filha, Maria Otília.

Reservado e conservador, tal como o tio Octávio Amorim, mas sem os arroubos deste, acordava cedo e gostava de estudar trancado no gabinete da casa, dotada de jardins, quintal e depósito de carvão.

Sem cultivar vida social, era tão devotado à família que conduzia a esposa até para comprar jornais e revistas, no centro da cidade. Nas palavras da filha, “mudou pouco os hábitos, daí porque vivia em função da gente e a gente em função dele”²⁸.

²⁷ Arquivos do programa Antena Política, em poder do autor, e entrevista telefônica com o bacharel Miguel Targino, julho de 2008. A punição de Emilton, mesmo já formado, encontra-se nas cópias fotostáticas dos anexos de CITTADINO, Monique. **A UFPB e o Golpe de 64**. João Pessoa: ADUFPB – JP, 1993.

²⁸ Entrevista com a Sra. Maria Otília, cit.

Como não fosse de frequentar regularmente o Clube Cabo Branco, *point* da burocracia administrativa e judiciária do tempo, também não era dado às matinês dos cinemas Rex e Plaza. Como passasse meses sem assistir a filmes, a esposa ironizou:

– Quando voltar ao cinema estará tão desacostumado que irá vê-lo de costas²⁹.

Isso não quer dizer, todavia, que não cultivasse lazeres. Um desses consistia em ouvir música clássica e popular. Das primeiras, preferia o compositor Beethoven e, entre as últimas, “Roda Viva”, de Chico Buarque de Holanda.

Para Agnelo Amorim, o principal recreio consistia nos prazeres da boa mesa. Típico caririzeiro, podia ser considerado glutão, devorador de pratos como galinha de cabidela, pato assado e cozinhado, feijoada, buchada e macarronada, principalmente aos domingos.

Mesmo sem ingerir bebidas alcoólicas, era dos que, no entendimento da irmã Glorinha, “morria pela boca”. Nas manhãs domingueiras da praia Formosa, onde mantinha residência praiana, “cercava cuidadosamente a cozinha, sempre à procura dos melhores pedaços”³⁰.

Fora daí, era muito dado à leitura – simultaneamente estudo e recreio. Amante da História, revelava na Segunda Guerra Mundial uma das predileções, evocada através de obras do primeiro ministro e historiador Winston Churchill. No campo do Direito, Clóvis Bevilacqua e Pontes de Miranda figuravam entre os autores preferidos.

– Era tão dado à leitura – revela a filha, Maria Otília – que nunca deixava de colocar livros na bagagem de férias do Recife ou da praia. Lia sem parar, sublinhando o que consultava e anotando no papel que encontrasse à mão.

A filha única era-lhe uma das fixações, razão por que costumava levá-la às aulas da manhã dos sábados na Faculdade de Direito, com

²⁹ Ibidem.

³⁰ Entrevista com a Sra. Glorinha Amorim, cit.

ela dividindo o birô. Alguns dos alunos, como o autor destas linhas, conversavam com os dois.

Sem deixar de advogar, salvo quando legalmente impedido, e onde evoluiu para a condição de parecerista, tal como os paraibanos José Mário Porto, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo e Samuel Duarte, experimentou certo choque com o precoce casamento da filha, aos treze anos. Enviou, então, enigmático telegrama à irmã Maria da Glória, no Rio de Janeiro:

– Maria Otília precoce em tudo, até no casamento³¹. Pai extremoso, não tardou, a aceitar o genro, Frederico Arcoverde, com quem passou a frequentar restaurantes de João Pessoa, juntamente com a filha e a mulher. O fato merece ser aqui ressaltado por desmentir a versão de que o casamento de Maria Otília figurou na causa do prematuro falecimento de Agnelo, a 12 de setembro de 1968, com apenas 47 anos de idade. A embolia cerebral que o vitimou derivou, seguramente, de outras motivações e a glotoneria pode ter sido uma delas.

Foi nesse contexto de muito estudo, ensino, pantagruelismo e dedicação à família que, em abril de 1967, Agnelo se viu conduzido à Justiça Federal, como primeiro Juiz Federal da Paraíba.

A função havia sido criada pelo regime de 1964, dentro da intenção de acelerar a arrecadação da dívida ativa federal, de pendências até então confiadas a varas de Justiça Estadual que, tanto na Paraíba como no restante do Brasil, não lhes dava conta.

Interessado em reformar o gabinete, de cujos auxiliares mais próximos somente permaneceria o subchefe da Casa Civil Edme Tavares, o Governador João Agripino indicou para provimento do cargo seu Chefe de Casa Civil, bacharel Luiz Carlos Florentino. O Juizado Federal Substituto foi confiado ao Juiz de Direito Genival Matias.

Na aprovação do Senado Federal, Matias não experimentou problemas, mas esse não foi o caso de Florentino. Como este, professor da área de projetos da Faculdade de Ciências Econômicas, não

³¹ Idem.

dispusesse de experiência forense, sua indicação foi objetada pelo senador paraibano Argemiro de Figueiredo, como autorizada voz de oposição ao regime militar. Nos debates que se seguiram, Figueiredo contou com o apoio de ninguém menos que o mineiro Milton Campos, luminar do Direito Público brasileiro e que retornara à Alta Câmara do Congresso, após renunciar ao Ministério da Justiça, indisposto com o AI-2, em 1965.

Como o prazo para a nomeação se esgotasse, Agripino, aflito, voltou-se para o parente e conselheiro privado, advogado Paulo Maia, em busca de solução.

O nome em foco era o do próprio Paulo que, todavia, não pôde aceitar em razão de compromissos que o prendiam ao escritório de advocacia do Dr. José Mário Porto. Foi então que Paulo se lembrou de Agnelo, senhor de larga experiência no campo do Direito, e de quem era assistente na Faculdade. Essa nova designação foi aprovada sem dificuldades, pelo Senado da República³².

No exercício do Juizado Federal, Agnelo, falecido pouco mais de um ano após a nomeação, teve curtíssimo tempo de ação. O suficiente, porém, para reafirmar a independência – uma das marcas de seu temperamento. Quando, por exemplo, o Governador indicou para secretário da Justiça Federal o qualificado jornalista Armando Frazão, até então radicado no Rio de Janeiro e que se distinguira na campanha eleitoral agripinista de 1965, Agnelo recusou-o. A escolhida foi, então, a Sra. Terezinha Florentino, irmã do rejeitado Chefe da Casa Civil.

10 Resumo de contribuição

As rápidas atividades de Agnelo Amorim Filho como Juiz Federal incidiram, principalmente, no campo dos Direito Civil, Processual e Tributário, razão por que escapam ao objeto destas notas.

³² Entrevista com o advogado Paulo Américo Maia, cit. Na **qualidade de Assessor de Imprensa** do Governador João Agripino, o autor acompanhou de perto essas gestões.

Estas tiveram em vista biografar o jurista e professor Agnelo Amorim Filho. Sempre, por onde passou, dedicado serventário de seu povo.

Tal como modernamente conceituado, uma biografia não se limita ao biografado em si, mas a seu tempo. É, pois, o respectivo contexto histórico o que mais se impõe.

Isso é o que, aliás, perdura do advogado, procurador, professor, servidor público e magistrado Agnelo Amorim Filho. Como, nele, é a obra o que mais interessa, torna-se claro que a cultura jurídica paraibana e até brasileira ganhou com ele.

Produzido por ex-aluno que nunca o esqueceu, este esboço biográfico constitui comprovação disso. Ou seja, de que, entre as décadas de quarenta e sessenta do século passado, a História da Cultura Paraibana, dentro da qual se insere o Direito, não pode ser escrita sem o reconhecimento da contribuição de Agnelo Amorim Filho!...